

CÂMARA MUNICIPAL DE URÂNIA

RESOLUÇÃO Nº 169/2023

"INSTITUI E REGULAMENTA O BANCO DE HORAS NO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE URÂNIA/SP, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A Mesa da Câmara Municipal do Estado de São Paulo, etc, apresenta a esta Augusta Casa de Leis, o seguinte Projeto de Resolução:

Art. 1º. Fica instituído no âmbito do Poder Legislativo do Município de Urânia/SP o banco de horas para fins de compensação da carga horária excedente a jornada de trabalho normal diária, mediante prévia autorização.

Art. 2º. A realização de banco de horas e a compensação da carga horária extraordinária são aplicáveis a todos os servidores do Poder Legislativo.

§1º. O Presidente da Câmara poderá regulamentar a jornada de trabalho dos servidores por Portaria específica, de acordo com o interesse público e o bom funcionamento dos serviços do Poder Legislativo.

I - Os servidores que trabalharem nas sessões da Câmara e excederem a carga horária poderão compensar as horas excedentes através do banco de horas.

Art. 3º. A jornada de trabalho do servidor não poderá ultrapassar o limite de 8 (oito) horas diárias, salvo em situações de interesse público e desde que autorizado expressamente pelo Presidente da Câmara ou, em relação aos servidores que trabalharem nas sessões da Câmara.

Art. 4º. O servidor deve registrar seu ingresso e saída do trabalho no Livro Ponto, para fins de registro e controle diário da jornada de trabalho.

Art. 5º. Compete ao Presidente da Câmara de Vereadores a fiscalização e o controle da jornada de trabalho dos servidores, bem como do banco de horas.

Art. 6º. O banco de horas consiste no registro individualizado de saldo de horas e minutos trabalhados pelo servidor além ou aquém de sua jornada de trabalho.

§1º. Os lançamentos dos saldos no banco de horas serão feitos por mês, com base nos correspondentes registros diários de frequência do servidor.

§2º. O saldo de horas e minutos passíveis de serem lançados no banco de horas a cada mês será feito por meio do somatório das horas trabalhadas além do expediente diário regulamentar ao longo do mês, menos o total de horas correspondentes a atrasos, ausências e saídas antecipadas.

§3º. O saldo apurado no parágrafo anterior será considerado como horas crédito quando for positivo e como horas débito quando negativo.

Art. 7º. O servidor poderá acumular no banco de horas o quantitativo máximo de 40 (quarenta) horas crédito.

§1º. Attingido o limite máximo de horas crédito o servidor deverá imediatamente e obrigatoriamente requerer sua compensação.

§2º. Attingido o limite do caput o Presidente da Câmara poderá determinar de ofício a compensação pelo servidor, respeitado o interesse público.

§3º. Excepcionalmente, poderá ser ultrapassado o limite máximo de horas crédito estabelecido no caput mediante autorização do Presidente ou a quem este delegar competência, com indicação do período e das unidades ou servidores abrangidos.

§4º. As horas excedentes trabalhadas, nos termos deste artigo, não ensejarão o pagamento do adicional por serviço extraordinário.

§5º. O servidor poderá utilizar as horas crédito constantes do banco de horas para compensar horas débito em meses subsequentes.

Art. 8º. As horas créditos deverão ser compensadas pelo servidor no prazo máximo de 06 (seis) meses da sua efetiva realização.

Parágrafo único. É vedada a conversão em pecúnia do saldo de horas não compensado.

Art. 9º. As horas excedentes serão computadas no banco de horas da seguinte forma em relação à hora normal:

I - Sem acréscimo, quando trabalhadas em dias úteis.

II - Com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), se realizadas após as 22h, sábados e pontos facultativos.

III - Com acréscimo de 100% (cem por cento), se prestadas em domingos, feriados e recesso previstos em lei.

Art. 10. Fica estabelecido o limite máximo de 24 (vinte e quatro) horas débito para fins de compensação.

§1º. A compensação das horas débito deverá ser efetuada, impreterivelmente, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente.

§2º. O não cumprimento do disposto no caput acarretará o desconto das horas débito existentes do valor da remuneração a que faz jus o servidor calculado no mês em que se estiver o desconto.

§3º. As horas débitos que excederem o limite mensal previsto no caput serão objeto de desconto do valor da remuneração a que faz jus o servidor, calculada no mês subsequente.

Art. 11. Ficam dispensadas de compensação, para fins de cumprimento da carga horária diária, as ausências decorrentes do comparecimento a consultas médicas e odontológicas ou da realização de exames do servidor ou para acompanhar cônjuge, filho, genitor e genitora, desde que comprovadas mediante atestado ou declaração emitida por profissional da área de saúde.

Art. 12. Serão consideradas horas trabalhadas aquelas em que o servidor esteja participando de programa de treinamento ou capacitação, desde que tenha sido previamente autorizado pelo Presidente.

Art. 13. Não serão descontadas, nem computadas como jornada excedente as variações de horário no registro de ponto não excedentes a 15 (quinze) minutos.

Parágrafo único. Quando constatada a habitualidade de atrasos superiores a 10 (dez) mensais, estes serão somados e descontados na folha de pagamento sob a rubrica horas atraso.

Art. 14. A adoção do banco de horas pelo órgão não exime o servidor da observância dos deveres de assiduidade e pontualidade.

Parágrafo único: É vedado ao Servidor faltar ao trabalho sem prévia comunicação e autorização para compensação das faltas do banco de horas.

Art. 15. A compensação de horas crédito será realizada a critério da administração ou mediante requerimento do servidor, indicando os dias a serem compensados, podendo nesse caso ser indeferida pela autoridade competente por motivo justificado.

Parágrafo único. Em caso de indeferimento, a administração deverá indicar os dias em que o servidor poderá compensar as horas crédito.

Art. 16. Fica vedado o pagamento de horas extras pelo Poder Legislativo de Urânia/SP, em qualquer hipótese.

Art. 17. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urânia, SP, 03 de maio de 2023.

Publicado e registrado na Diretoria em data supra.

CÂMARA MUNICIPAL DE URÂNIA

RESOLUÇÃO Nº 170/2023

"DISPÕE SOBRE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS À PREFEITURA MUNICIPAL DE URÂNIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A Mesa da Câmara Municipal de Urânia, no uso de suas atribuições legais, sanciona o que segue:

Artigo 1º - Fica doado, conforme Lei Orgânica do Município de Urânia, artigo 106, parágrafo único, o seguinte bem móvel, pertencente ao patrimônio do Legislativo, a saber:

DISCRIMINAÇÃO	Nº TOMBAMENTO
CADERNA FIXA ASSENTO E ENCOSTO QUADRADA ESTOFADA EM NAPA PRETA MARCA GIBBEL	370
CADERNA FIXA ASSENTO E ENCOSTO QUADRADA ESTOFADA EM NAPA PRETA MARCA GIBBEL	371
CADERNA FIXA ASSENTO E ENCOSTO QUADRADA ESTOFADA EM NAPA PRETA MARCA GIBBEL	374
CADERNA FIXA ASSENTO E ENCOSTO QUADRADA ESTOFADA EM NAPA PRETA MARCA GIBBEL	375
CADERNA FIXA ASSENTO E ENCOSTO QUADRADA ESTOFADA EM NAPA PRETA MARCA GIBBEL	380
CADERNA FIXA ASSENTO E ENCOSTO QUADRADA ESTOFADA EM NAPA PRETA MARCA GIBBEL	381
CADERNA FIXA ASSENTO E ENCOSTO QUADRADA ESTOFADA EM NAPA PRETA MARCA GIBBEL	382
CADERNA FIXA ASSENTO E ENCOSTO QUADRADA ESTOFADA EM NAPA PRETA MARCA GIBBEL	383
CADERNA FIXA ASSENTO E ENCOSTO QUADRADA ESTOFADA EM NAPA PRETA MARCA GIBBEL	384
CADERNA FIXA ASSENTO E ENCOSTO QUADRADA ESTOFADA EM NAPA PRETA MARCA GIBBEL	387
CADERNA FIXA ASSENTO E ENCOSTO QUADRADA ESTOFADA EM NAPA PRETA MARCA GIBBEL	389
CADERNA FIXA ASSENTO E ENCOSTO QUADRADA ESTOFADA EM NAPA PRETA MARCA GIBBEL	393
CADERNA FIXA ASSENTO E ENCOSTO QUADRADA ESTOFADA EM NAPA PRETA MARCA GIBBEL	394
CADERNA FIXA ASSENTO E ENCOSTO QUADRADA ESTOFADA EM NAPA PRETA MARCA GIBBEL	398
CADERNA FIXA ASSENTO E ENCOSTO QUADRADA ESTOFADA EM NAPA PRETA MARCA GIBBEL	403
CADERNA FIXA ASSENTO E ENCOSTO QUADRADA ESTOFADA EM NAPA PRETA MARCA GIBBEL	538
CADERNA FIXA ASSENTO E ENCOSTO QUADRADA ESTOFADA EM NAPA PRETA MARCA GIBBEL	541
CADERNA FIXA ASSENTO E ENCOSTO QUADRADA ESTOFADA EM NAPA PRETA MARCA GIBBEL	543
CADERNA FIXA ASSENTO E ENCOSTO QUADRADA ESTOFADA EM NAPA PRETA MARCA GIBBEL	544
CADERNA FIXA ASSENTO E ENCOSTO QUADRADA ESTOFADA EM NAPA PRETA MARCA GIBBEL	545
CADERNA FIXA ASSENTO E ENCOSTO QUADRADA ESTOFADA EM NAPA PRETA MARCA GIBBEL	546
CADERNA FIXA ASSENTO E ENCOSTO QUADRADA ESTOFADA EM NAPA PRETA MARCA GIBBEL	547
CADERNA FIXA ASSENTO E ENCOSTO QUADRADA ESTOFADA EM NAPA PRETA MARCA GIBBEL	548
CADERNA FIXA ASSENTO E ENCOSTO QUADRADA ESTOFADA EM NAPA PRETA MARCA GIBBEL	391
CADERNA FIXA ASSENTO E ENCOSTO QUADRADA ESTOFADA EM NAPA PRETA MARCA GIBBEL	542
MESA ESCRIVANIA EM MDF COM 02 GAVETAS	406

Artigo 2º - A Prefeitura Municipal de Urânia, CGC nº 46.611.117/0001-02, situada a Avenida Brasil nº 390, Centro, no Município de Urânia, será a beneficiada com a referida doação.

Artigo 3º - Os bens móveis doados, pertencentes ao Patrimônio da Câmara Municipal, deverão ser baixados do Sistema de Controle do Patrimônio do Poder Legislativo Municipal.

Artigo 4º - A Prefeitura Municipal de Urânia, terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação deste Decreto Legislativo, para retirada do bem móvel acima discriminado.

Artigo 5º - Esta Resolução, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Urânia, SP, 03 de maio de 2023.

Publicado e registrado na Diretoria em data supra.

CÂMARA MUNICIPAL DE URÂNIA

RESOLUÇÃO Nº 171/2022

"REGULAMENTA A LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO DE URÂNIA - SP E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A Mesa da Câmara Municipal de Urânia, no uso de suas atribuições legais, sanciona o que segue:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - Este Projeto de Resolução tem por objetivo regulamentar no âmbito do Poder Legislativo do Município de Urânia - SP, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos.

Artigo 2º - Na aplicação desta Resolução, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

CAPÍTULO II

DOS AGENTES QUE ATUAM NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Artigo 3º - Ao Agente de Contratação, ou, conforme o caso, à Comissão de Contratação, incumbe a condução da fase externa do processo licitatório, incluindo o recebimento e o julgamento das propostas, a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado, o exame de documentos, cabendo-lhes ainda:

I - tomar decisões em prol da boa condução da licitação, dar impulso ao procedimento, inclusive por meio de demandas às áreas das unidades de contratações, descentralizadas ou não, para fins de saneamento da fase preparatória, caso necessário;

II - acompanhar os trâmites da licitação e promover diligências, se for o caso, para que o calendário de contratação de que trata o inciso III do caput do art. 11 do Decreto nº 10.647, de 25 de janeiro de 2022, seja cumprido, observado, ainda, o grau de prioridade da contratação; e

III - conduzir e coordenar a sessão pública da licitação e promover as seguintes ações:

a) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos e requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos, caso necessário;

b) verificar a conformidade da proposta mais bem classificada com os requisitos estabelecidos no edital;

c) verificar e julgar as condições de habilitação;

d) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas; e

e) encaminhar à comissão de contratação, quando for o caso:

1. os documentos de habilitação, caso se verifique a possibilidade de saneamento de erros ou de falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, conforme o disposto no § 1º do art. 54 da Lei nº 14.133, de 2021; e

2. os documentos relativos aos procedimentos auxiliares previstos no art. 78 da Lei nº 14.133, de 2021;

f) negociar, quando for o caso, condições mais vantajosas com o primeiro colocado;

g) indicar o vencedor do certame;

h) conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

i) encaminhar o processo instruído, após encerradas as fases de julgamento e de habilitação e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e para homologação.

§1º - A Comissão de Contratação ou Agente conduzirá o Diálogo Competitivo, cabendo-lhe, no que couber, as atribuições listadas acima, sem prejuízo de outras tarefas inerentes a essa modalidade.

§2º - Caberá ao Agente de Contratação ou à Comissão de Contratação, além dos procedimentos auxiliares a que se refere a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a instrução dos processos de contratação direta nos termos do art. 72 da citada Lei.

§3º - A função de Agente de Contratação deverá ser integrada por servidor efetivo do Poder Legislativo. Os membros da Comissão de Contratação poderão ser servidores efetivos do quadro permanentes do Poder Legislativo de Urânia e comissionados, ambos designados através da Portaria.

§4º - O Agente de Contratação e a Comissão de Contratação responderão, sempre com o suporte do departamento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções listadas acima.

§5º - Em licitação na modalidade Pregão, o Agente de Contratação responsável pela condução do certame será designado Pregoeiro ou designará outro funcionário habilitado como Pregoeiro.

Artigo 4º - Na designação de agente público para atuar como Fiscal ou Gestor de contratos de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a autoridade da Câmara Municipal observará o seguinte:

a) a designação de agentes públicos deve considerar sua formação acadêmica ou técnica, ou seu conhecimento em relação ao objeto contratado;

b) a segregação entre as funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea naquelas mais suscetíveis a riscos durante o processo de contratação;

c) previamente à designação, verificar-se-á o comprometimento concomitante do agente com outros serviços, além do quantitativo de contratos sob sua responsabilidade, com vistas a uma adequada fiscalização.

CAPÍTULO III

DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Artigo 5º - Até a primeira quinzena de maio de cada exercício, o órgão poderá elaborar o Plano de Contratações Anual, o qual conterá todas as contratações que pretendem realizar no exercício subsequente, com o objetivo de racionalizar as contratações e garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias. A elaboração ocorrerá da seguinte forma:

I - Descrição sucinta do objeto;

II - Quantidade a ser contratada, quando couber, considerada a expectativa de consumo anual;

III - Estimativa preliminar do valor da contratação;

IV - Indicação da data pretendida para a conclusão da contratação, a fim de não gerar prejuízos ou desconformidade das atividades do órgão;

V - Grau de prioridade da compra ou da contratação em baixo, médio ou alto.

§1º - O setor de contratações concluirá a consolidação do plano de contratações anual até 30 de abril do ano de sua elaboração e o encaminhará para aprovação da autoridade competente.

§2º - A autoridade competente poderá reprovat itens do plano de contratações anual ou devolvê-lo ao setor de contratações, se necessário, para realizar adequações.

§3º - Ficam dispensadas de registro no plano de contratações anual:

I - as informações classificadas como sigilosas, nos termos do disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, ou abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;

II - as contratações realizadas por meio de concessão de suprimento de fundos, nas hipóteses previstas no art. 45 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986;

III - as hipóteses previstas nos incisos VI, VII e VIII do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021; e

IV - as pequenas compras e a prestação de serviços de pronto pagamento, de que trata o § 2º do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

§4º - Os órgãos e as entidades disponibilizarão em seus sítios eletrônicos o plano de contratações anual, no prazo de quinze dias, contado da data de encerramento das etapas de aprovação, revisão e alteração.

§5º - Durante o ano de sua elaboração, o plano de contratações anual poderá ser revisado e alterado por meio de inclusão, exclusão ou redimensionamento de itens.

§6º - Durante o ano de sua execução, o plano de contratações anual poderá ser alterado, por meio de justificativa aprovada pela autoridade competente.

Parágrafo Único - Na elaboração do Plano de Contratações Anual, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, a média de compras e serviços contratados no último triênio.

CAPÍTULO IV

DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Artigo 6º - No âmbito do Poder Legislativo, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar aplica-se à licitação de bens e à contratação de serviços e obras, inclusive locação e contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, sendo opcional nos seguintes casos:

I - Contratação de obras, serviços, compras e locações, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, independentemente da forma de contratação;

II - Dispensas de licitação previstas nos incisos VII, VIII, do art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

III - Contratação de remanescente nos termos dos §§ 2º a 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

IV - Quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de Termo Aditivo ou Apostilamento, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos;

V - Nos demais casos de contratação direta (inexigibilidade e de dispensa de licitação) caberá ao Administrador Público a decisão sobre a dispensa do estudo técnico preliminar, bem como, para aquelas situações (inexigibilidade e de dispensa de licitação), a decisão acerca da dispensa de análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo.

CAPÍTULO V

DA ADOÇÃO DE CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS

Artigo 7º - O Catálogo Eletrônico de que trata o §1º do art. 19 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as compras, terá o perfil e/ou características de Termo de Referência, com descrição clara, objetiva e primazia de qualidade, vedada a opção natural de marca.

§1º - Instante a vedação de preferência de marca vazada no caput deste artigo, em situações especiais, como de manutenção de equipamentos já existentes, a marca é essencial para fins de melhor qualidade de eficiência final.

§2º - Quando pela natureza da situação for exigida a marca, dever-se-á fazer a devida justificativa nos autos do procedimento.

CAPÍTULO VI

DA PESQUISA DE PREÇOS

Artigo 8º - No procedimento de pesquisa de preços realizado no âmbito deste órgão, os parâmetros previstos do §1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, são autoaplicáveis, no que couber.

Artigo 9º - A pesquisa de preços para subsidiar valores referenciais nos procedimentos licitatórios, poderá ser realizada, além do que prevê o Art. 8, mediante a utilização de um dos seguintes parâmetros:

I - Portal de Compras Governamentais www.comprasgovernamentais.gov.br;

II - Pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso;

III - Contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídas em até 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços;

IV - Pesquisa direta com, no mínimo, três fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, com a devida justificativa da escolha dos fornecedores, e os preços cotados não tenham sido obtidos com mais de seis meses de antecedência da publicação do edital.

§1º - Em todas as situações apresentadas o agente público responsável pela realização da pesquisa deverá juntar a documentação aos autos.

§2º - Após 1º de abril de 2023, na pesquisa de preço relativa às contratações de prestação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia ou outra que vier a substituí-la.

§3º - Após 1º de abril de 2023, na elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia a serem realizadas em âmbito municipal, quando se tratar de recursos próprios, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, o disposto no Decreto Federal nº 7.963, de 8 de abril de 2013, e na Portaria Interministerial 13.395, de 5 de junho de 2020 ou outras normativas que vierem a substituí-las.

Artigo 10º - No processo licitatório e nas contratações diretas, para contratação de obras e serviços de engenharia, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisas de Custos e Índices de Construção Civil (SINAPI), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Municipal, Estadual ou Federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III - Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços;

IV - Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento a ser editado pelo Governo Federal;

V - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

VI - Pesquisa na base de notas de serviços dos cadastros da municipalidade.

§1º - No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, o valor estimado da contratação será calculado nos termos do caput deste artigo, acrescido ou não de parcela referente à remuneração do risco, e, sempre que necessário e o anteprojeto o permitir, a estimativa de preço será baseada em orçamento sintético, balizado em sistema de custo definido no inciso I do caput deste artigo, devendo a utilização de metodologia expedida ou paramétrica e de avaliação aproximada baseada em outras contratações similares ser reservada às frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto.

§2º - Na hipótese do §1º deste artigo, será exigido dos licitantes ou contratados, no orçamento que compuser suas respectivas propostas, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento do orçamento sintético referido no mencionado parágrafo.

Artigo 11º - Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos artigos 9 e 10, o fornecedor escolhido para contratação, deverá comprovar previamente a subscricao do contrato, que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

Artigo 12º - Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificadas nos autos.

Artigo 13º - Considerar-se-á como solicitação formal de cotação para os fins do art. 9, IV e 10, V, a solicitação efetuada pela administração pública encaminhada por meio físico ou digital, inclusive por e-mail, devendo os respectivos documentos serem encaminhados aos autos.

Artigo 14º - A pesquisa de preços é dispensável nas hipóteses do §2º do artigo 95 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, respondendo o agente contratante quando comprovada aquisição por preços excessivos.

Parágrafo Único - O valor de que trata o §2º do artigo 95 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 será atualizado pelo INPC/BGE, tendo por data base o dia 1º de abril.

CAPÍTULO VII

DAS POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS AO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Artigo 16º - Nas licitações para obras, serviços de engenharia ou para a contratação de serviços terceirizados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o edital poderá estabelecer o critério de autoridade que o expedir, exigir que 5% da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, ou oriundos ou egressos do sistema prisional, permitida a exigência cumulativa no mesmo instrumento convocatório.

Artigo 16º - Nas licitações no âmbito da Câmara Municipal de Urânia, se preverá a margem de preferência referida no art. 26 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CAPÍTULO VIII

DO CICLO DE VIDA DO OBJETO

Artigo 17º - Desde que objetivamente mensuráveis, fatores vinculados ao ciclo de vida do objeto licitado, poderão ser considerados para a definição de menor dispêndio para a Câmara Municipal de Urânia.

§1º - A modelagem de contratação mais vantajosa para a Câmara Municipal de Urânia, considerando todo o ciclo de vida do objeto, deve ser considerada ainda na fase de planejamento da contratação, a partir da elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência.

§2º - Na estimativa de despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, poderão ser utilizados parâmetros diversos, tais como históricos de contratos anteriores, séries estatísticas disponíveis, informações constantes de publicações especializadas, métodos de cálculo usualmente aceitos ou eventualmente previstos em legislação, dentre outros.

CAPÍTULO IX

CAPÍTULO XV
DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Artigo 30º - Sem prejuízo de outras condições previstas em lei ou no edital, constituem óbice à formalização e prorrogação dos contratos administrativos:

I - A irregularidade perante o Cadastro Informativo Municipal;

II - A pena de impedimento de licitar e contratar com o Município de Urânia;

III - A pena de inidoneidade para licitar ou contratar;

IV - A proibição de contratar com o poder público por decisão judicial em ação de improbidade.

Parágrafo Único - Para os fins do disposto nos incisos III e IV do "caput" deste artigo, deverão ser consultados os seguintes cadastros:

I - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

II - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP); e

III - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNI – CNJ).

SEÇÃO I
DAS CLÁUSULAS ESSENCIAIS

Artigo 31º - Os contratos deverão, sempre que couber, conter as cláusulas previstas no artigo 92 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e, ainda, as seguintes:

I - A obrigação do contratado de arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas relacionadas aos empregados que participem da execução do objeto contratual, na hipótese de contrato de prestação de serviços;

II - Cláusula anticorrupção, com a seguinte redação: "Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática legal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma";

III - Disposições relacionadas à disciplina de proteção de dados pessoais, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), quando for o caso.

SEÇÃO II
DA PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇO E FORNECIMENTO CONTÍNUOS

Artigo 32º - Observado o limite máximo de prazo de vigência previsto na Lei Federal 14.133, de 2021, os contratos de prestação de serviços continuados e de fornecimento, mantidas as mesmas condições avençadas, poderão ser prorrogados sucessivamente, desde que:

I - O contratado haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações;

II - A pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado

SEÇÃO III
DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS

Artigo 33º - As alterações contratuais observarão os limites impostos pela Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Artigo 34º - Os contratos serão reajustados anualmente, em conformidade com índice setorial ou geral, ou repactuados quando se tratar de serviços com regime de dedicação exclusiva ou com predominância de mão de obra.

Artigo 35º - O contrato fixará prazo para resposta ao pedido de repactuação, que não poderá exceder 45 (quarenta e cinco) dias.

Artigo 36º - A repactuação iniciará-se com apresentação de requerimento por parte da contratada, instruído com os seguintes elementos:

I - Documento que demonstre analiticamente a alteração dos custos, por meio de planilha de custos e formação de preços;

II - Acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, desde que não sejam restritos à categoria da Administração Pública em geral.

Artigo 37º - O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:

I - Da data-limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

II - Da data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases desses instrumentos.

Artigo 38º - O órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências e requisitar documentos e informações complementares junto à contratada com o objetivo de esclarecer dúvidas a respeito do pedido.

Artigo 39º - As repactuações deverão ser solicitadas durante a vigência do contrato, sob pena de preclusão.

Artigo 40º - Devidamente instruído, o pedido será analisado pela unidade financeira do órgão ou entidade contratante, que encaminhará o processo, com parecer conclusivo, para deliberação da autoridade competente.

Artigo 41º - A vigência dos novos valores contratuais decorrentes da repactuação retroagirá à data do pedido.

§1º - Não será concedida nova repactuação no prazo inferior a 12 (doze) meses contados do último pedido.

§ 2º - As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento.

SEÇÃO IV
DO PROCEDIMENTO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

Artigo 42º - O recebimento provisório e definitivo do objeto contratual deve ser realizado conforme o disposto no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e em consonância com as regras definidas no edital para o objeto específico do contrato.

Artigo 43º - O objeto do contrato será recebido:

I - Em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, em até 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita da contratada do encerramento da execução contratual, se outro não tiver sido o prazo estipulado no referido ajuste;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, em prazo não superior a 90 (noventa) dias corridos a contar do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

II - Em se tratando de compras:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, em prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento provisório, se outro não tiver sido o prazo estipulado no referido ajuste, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

SEÇÃO V
DOS PAGAMENTOS

Artigo 44º - Se o contrato não contiver definição do dia do vencimento da obrigação, a unidade orçamentária adotará, como data de vencimento, 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data de entrega da documentação pela contratada.

SEÇÃO VI
DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Artigo 45º - As penalidades administrativas são aquelas previstas na legislação federal, impondo-se, para sua aplicação, a observância dos seguintes procedimentos:

I - Proposta de aplicação da pena, formulada pelo setor administrativo, responsável pela gestão do contrato, mediante caracterização da infração imputada ao contratado;

II - Acolhida a proposta de aplicação de penalidade, intimar-se-á o contratado, a fim de garantir o contraditório e a ampla defesa;

III - Observância do prazo legal para apresentação de defesa pelo contratado;

IV - Manifestação dos órgãos técnicos e jurídico sobre as razões de defesa;

V - Decisão da autoridade competente;

VI - Intimação do contratado, mediante publicação da decisão e comunicação eletrônica;

VII - Observância do prazo legal para interposição de recurso.

§ 1º - Aplicada a pena e transcorrido o prazo sem interposição de recurso ou denegado seu provimento, executar-se-á a penalidade aplicada.

§ 2º - O procedimento previsto no "caput" deste artigo aplica-se à proposta de extinção do contrato, nos termos do artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, facultando-se o trâmite simultâneo quanto à aplicação de penalidade decorrente do mesmo fato.

§ 3º - Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, "caput" e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 4º - A penalidade de multa será calculada na forma do edital ou do contrato, observando-se o disposto no art. 156, §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 5º - Nos editais e contratos que tenham por objeto serviços essenciais, a previsão das infrações e das sanções administrativas deverá ser estipulada de forma a inibir a solução de continuidade do objeto.

Artigo 46º - Para a dispensa da aplicação de penalidade é imprescindível expressa manifestação do responsável pelo acompanhamento da execução do contrato, esclarecendo os fatos que motivaram o inadimplemento, ou, no caso de força maior, que a contratada comprove, através de documentação nos autos, a ocorrência do evento impeditivo do cumprimento da obrigação, não bastando, em qualquer dos casos, a mera alegação da inexistência de prejuízo ao andamento dos serviços ou ao erário.

SEÇÃO VII
DA DIVULGAÇÃO DOS ATOS

Artigo 47º - Sem prejuízo da divulgação dos atos no Portal Nacional de Contratações Públicas, nos termos do artigo 174 da Lei Federal 14.133, de 2021, deverá ser observada a publicidade no Diário Oficial da Cidade de Urânia, nos sistemas eletrônicos oficiais e jornais de grande circulação.

SEÇÃO VIII
DO CONTRATO NA FORMA ELETRÔNICA

Artigo 48º - Os contratos e termos aditivos celebrados entre a Câmara de Vereadores de Urânia e os particulares poderão adotar a forma eletrônica.

Parágrafo Único - Para assegurar a confiabilidade dos dados e informações, as assinaturas eletrônicas apostas no contrato deverão ser classificadas como digitais, por meio do uso de certificado digital pelas partes subscritoras, nos termos do art. 4º, inc. III, da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

SEÇÃO IX
DA SUBCONTRATAÇÃO

Artigo 49º - A possibilidade de subcontratação, se for o caso, deve ser expressamente prevista no edital ou no instrumento de contratação direta, ou alternativamente no contrato ou no instrumento equivalente, o qual deve, ainda, informar o percentual máximo permitido para subcontratação.

§1º - É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles for cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

§2º - É vedada cláusula que permita a subcontratação da parcela principal do objeto, entendida esta como o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida apresentação de atestados com o objetivo de comprovar a execução do serviço, pela licitante ou contratada, com características semelhantes.

§3º - No caso de fornecimentos de bens, a indicação de produtos que não sejam de fabricação própria não deve ser considerada subcontratação.

CAPÍTULO XVI
DAS SANÇÕES

Artigo 50º - Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo Diretor Administrativo ou pela Autoridade Máxima.

CAPÍTULO XVII
DO CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES

Artigo 51º - A Câmara Municipal de Urânia regulamentará, por ato próprio, o disposto no art. 169 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inclusive quanto à responsabilidade da alta administração para implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos dos procedimentos de contratação, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.

CAPÍTULO XIII
DA CONTRATAÇÃO DIRETA

Art. 52º - Para efeitos dessa resolução, considera-se:

I - Dispensa de licitação: desburocratização aplicada à casos especiais previstos em lei, na qual se exija atendimento rápido e eficaz ou ainda que não justifique a movimentação de um processo licitatório, conforme artigos 75 e 76 da Lei Federal nº 14.133/2021;

II - Inexigibilidade de licitação: aplicável nos casos em que seja inviável a competição entre licitantes, conforme artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021;

Artigo 53º - O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - requisição do ordenador de despesa e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no artigo 4º desta Resolução e, em caso de omissão, segundo o artigo 23 da lei 14.133 de 1º de abril de 2021;

III - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

IV - parecer jurídico que demonstre o atendimento dos requisitos exigidos;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, através de certidão negativa de FGTS e INSS;

VI - razão da escolha do contratado;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único - O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Urânia.

Artigo 54º - A estimativa de preços será realizada através do levantamento de, pelo menos três orçamentos, podendo ser:

I - elaborado por fornecedor, em documento contendo nome/razão social e CNPJ da pessoa jurídica que elabora o orçamento, descrição precisa do material, produto ou serviço a ser adquirido, juntamente com os valores unitário e total e responsável pela elaboração da proposta devidamente assinado;

II - retirado de plataforma idônea de pesquisa de preços;

III - retirado de outros órgãos públicos que tenham realizado procedimento semelhante;

IV - retirado de aplicativos de mensagens instantâneas, devidamente demonstrados através de cópia.

§1º - Constatando-se a incomformidade nos orçamentos serão solicitadas as devidas correções ou a substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias sob pena de descartar o orçamento.

§2º - Se ainda assim não for possível apurar no mínimo três preços distintos para o objeto a ser adquirido, será aceita justificativa do servidor responsável, anexando trocas de e-mails, conversas de aplicativos de mensagens instantâneas ou outra forma de comunicação idônea.

Artigo 55º - No caso de aquisições de bens ou contratações de serviços com o valor máximo até o previsto no artigo 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas atualizações posteriores, será admitida a dispensa de licitação, observando-se o seguinte:

I - nas contratações com valor até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) que sejam feitas de uma só vez, liquidadas, pagas e que não gerem obrigações futuras, o processo de dispensa será considerado formalmente executado com a entrega da requisição juntamente com a nota de empenho.

II - nas contratações com valor superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou de valor inferior, mas que sejam executadas de forma contínua ou representem obrigações futuras para a Câmara Municipal de Urânia, deverá ser instaurado processo formal de dispensa de licitação, numerado e protocolado com os documentos e etapas previstas nesta Resolução.

§1º - Em ambos os casos, antes de proceder ao empenhamento da despesa, deve-se consultar a documentação mínima exigida.

§2º - Para fins do disposto no inciso I do caput deste artigo, considera-se como contrato válido entre a Câmara Municipal de Urânia e o fornecedor escolhido a nota de empenho emitida, conforme artigo 95 da Lei nº 14.133/2021.

Artigo 56º - O procedimento de inexigibilidade de licitação será composto pelos documentos elencados no artigo 34º, no que forem compatíveis, além do Termo de homologação do ordenador de despesa, observado sempre o disposto no artigo 74 da Lei nº 14.133/2021.

Artigo 57º - Ficam dispensados de parecer jurídico as situações onde o instrumento de contrato não for obrigatório, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como aquelas onde a minuta de edital e/ou de contrato estiver padronizado pelos respectivos órgãos.

Artigo 58º - É de responsabilidade da Presidência a análise das questões técnicas do Edital e do Contrato, bem como dos termos de referência, não cabendo ao órgão de assessoramento jurídico e ao de Controle Interno a análise de tais elementos.

Parágrafo único - Sempre que o parecer do órgão de assessoramento jurídico e do órgão de Controle Interno necessitarem adentrar ao mérito de questões técnicas deverão fazê-lo de forma fundamentada.

Artigo 59º - Observados o contraditório e ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 146 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pela autoridade competente.

Artigo 60º - Enquanto não for efetivamente implementado o portal nacional de contratações públicas (PNCP) a que se refere o art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

I - quando a divulgação obrigatória dos atos exigidos pela citada Lei no PNCP se referir a aviso, autorização ou extrato, a publicidade dar-se-á através de sua publicação no sítio oficial da Câmara Municipal de Urânia, sem prejuízo de sua temporária disponibilização no portal de licitações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no que couber;

II - quando a divulgação obrigatória dos atos exigidos pela citada lei no PNCP se referir a inteiro teor de documento, edital, contrato ou processo, a publicidade dar-se-á através de sua disponibilização integral e temporária no sítio oficial da Câmara Municipal de Urânia sem prejuízo de sua temporária disponibilização no portal de licitações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no que couber.

III - não haverá prejuízo a realização de contratação direta ante a ausência das informações previstas nos §§ 2º a 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

SEÇÃO I
DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Artigo 61º - É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

II - Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;

b) pareceres, perícias e avaliações em geral;

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;

e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;

h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso.

IV - Objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

V - Aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

§1º - Para fins do disposto no inciso I do caput deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.

§2º - Para fins do disposto no inciso II do caput deste artigo, considerará-se empresário exclusivo a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico.

§3º - Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considerará-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§4º - Nas contratações com fundamento no inciso III do caput deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.

§5º - Nas contratações com fundamento no inciso V do caput deste artigo, devem ser observados os seguintes requisitos:

I - Avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos;

II - Certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto;

III - Justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela.

SEÇÃO II
DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Artigo 62º - É dispensável a licitação:

I - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais, no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores);

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais), no caso de outros serviços e compras.

III - Para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação:

a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas;

b) as propostas apresentadas consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;

§ 1º - Os valores descritos nos incisos I e II acima serão reajustados automaticamente de acordo com os novos valores informados pelo Governo Federal, nos incisos I e II, do caput do art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, em Decreto do Chefe do Poder Executivo Federal.

§2º - Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II deste artigo, deverão ser observados:

I - O somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

II - O somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

§3º - Os valores referidos nos incisos I e II deste artigo serão duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei.

§4º - As contratações de que tratam os incisos I e II deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Urânia, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

§5º - Não se aplica o disposto no §2º deste artigo às contratações de até R\$ 8.000,00 (oto mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças.

§6º - O valor descrito no parágrafo anterior será reajustado automaticamente de acordo com o novo valor informado pelo Governo Federal, na alínea "c", do inciso IV, do caput do art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, em Decreto do Chefe do Poder Executivo Federal.

Artigo 63º - É, ainda, dispensável a licitação:

I - Para contratação que tenha por objeto:

a) bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, quando essa condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

b) bens, serviços, alienações ou obras, nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para o Poder Legislativo Municipal;

c) produtos para pesquisa e desenvolvimento, limitada a contratação, no caso de obras e serviços de engenharia, ao valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);

d) transferência de tecnologia ou licenciamento de direito de uso de exploração de criação protegida, nas contratações realizadas por instituição científica, tecnológica e de inovação (ICT) pública ou por agência de fomento, desde que demonstrada vantagem para a Administração;

e) hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis, no período necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, hipótese em que a contratação será realizada diretamente com base no preço do dia;

f) aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que inerente às finalidades do órgão ou com elas compatíveis;

II - Para contratação com vistas ao cumprimento do disposto nos artigos 3º, 3º-A, 4º, 5º e 20 da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, observados os princípios gerais de contratação constantes da Lei;

III - Nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

IV - Para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

V - Para celebração de contrato de programa com outro ente federativo ou com entidade de sua Administração Pública indireta que envolva prestação de serviços públicos de forma associada nos termos autorizados em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação;

VI - Para contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização;

VII - Para contratação de associação de pessoas com deficiência, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgão ou entidade da Administração Pública, para a prestação de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado e os serviços contratados sejam prestados exclusivamente por pessoas com deficiência;

VIII - Para contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estimule à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos;

§1º - Para os fins do inciso III deste artigo, considerará-se emergencial a contratação por dispensa com objetivo de manter a continuidade do serviço público, e deverão ser observados os valores praticados pelo mercado e adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório, sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial.

CAPÍTULO XIX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 64º - Não haverá prejuízo à realização de licitações ou procedimentos de contratação direta ante a ausência das informações previstas nos §§2º e 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, eis que a Câmara Municipal de Vereadores adotará as funcionalidades atualmente disponibilizadas pelo Governo Federal, no que couber, nos termos desta Resolução.

Artigo 65º - Toda prestação de serviços contratada pelo órgão não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratação e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

Artigo 66º - É vedado à Administração ou aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração da contratada, a exemplo de:

I - Possibilitar ou dar causa a atos de subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas, aplicação de sanção e supervisão direta sobre os empregados da contratada;

II - Exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr a notificação direta para a execução das tarefas previamente descritas no contrato de prestação de serviços para a função específica, tais como nos serviços de recepção, apoio administrativo ou ao usuário;

III - Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

IV - Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destas em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

V - Considerar os trabalhadores da contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;

VI - Definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação/experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente;

VII - Conceder aos trabalhadores da contratadas direitos típicos de servidores públicos, tais como recesso, ponto facultativo, dentre outros.


Artigo 67º - A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.


Parágrafo Único - Parágrafo único. É vedado ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.


Artigo 68º - A Câmara Municipal poderá editar normas complementares ao disposto nessa Resolução e disponibilizar informações adicionais em meio eletrônico, inclusive modelos de documentos necessários à contratação.


Artigo 69º - Essa Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urânia, SP, 03 de maio de 2.023.

 Rita Cristina Siqueira
Presidente

 Mariete Munhoz Borges Saracuta
Vice-Presidente

 David Rodrigo Mendes
1º Secretário

 Maria Rosário de Rezende Aragão
2º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE URÂNIA

RESOLUÇÃO Nº 172/2023

"ESTABELECE REGRAS E DIRETRIZES PARA A ATUAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO, DA EQUIPE DE APOIO, DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E DOS GESTORES E FISCALIS DE CONTRATOS, NAS ÁREAS DE QUE TRATA A LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE URÂNIA"

A Mesa da Câmara Municipal do Estado de São Paulo, etc, no uso de suas atribuições legais, sanciona o que segue:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES SEÇÃO I DOS OBJETOS E ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Artigo 1º - Esta Resolução dispõe sobre as regras e diretrizes para a atuação do agente de contratação, da equipe de apoio, da comissão de contratação e dos gestores e fiscais de contratos, nas áreas de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Câmara Municipal de Urânia/SP.

SEÇÃO II DAS DEFINIÇÕES

Artigo 2º - Para fins do disposto nesta Resolução, considera-se:

I - **Administração Pública:** administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas;

II - **Administração:** órgão ou entidade por meio do qual a Administração Pública atua;

III - **Atividades de gestão e fiscalização de contrato:** conjunto de ações que têm por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração em suas avenças administrativas, bem como prestar apoio à instrução processual pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a alteração, prorrogação, requisição, repactuação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras;

IV - **Autoridade:** agente público dotado de poder de decisão;

V - **Agente público:** indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública.

SEÇÃO III

GESTORES E FISCAIS DE CONTRATO

Artigo 5º - Os gestores e fiscais de contratos, ou os respectivos substitutos, serão representantes da Administração designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, nos termos dos artigos 19 a 21 desta Resolução.

Artigo 6º - Os fiscais de contratos poderão ser assistidos e subsidiados por terceiros contratados pela Administração, observado o disposto no artigo 23.

SEÇÃO IV

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO OU DE LICITAÇÃO

Artigo 7º - A comissão de contratação ou de licitação será designada entre um conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares.

SEÇÃO V

DOS REQUISITOS PARA DESIGNAÇÃO

Artigo 8º - Os agentes públicos designados para o cumprimento do disposto nesta Resolução, deverão preencher os seguintes requisitos:

I - Sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;

II - Tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e

III - Não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

Artigo 9º - Os agentes de contratação designados serão, preferencialmente, servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública.

Parágrafo único: Na impossibilidade de atendimento à regra prevista no inciso I e do artigo 9º do caput deste artigo, a autoridade deverá justificar a escolha e nomeação de servidores temporários ou detentores de cargos em comissão para o exercício da função.

SEÇÃO VI

VEDAÇÃO

Artigo 10º - Fica vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, em observância ao princípio da segregação de funções, de modo a reduzir a possibilidade de ocaultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

Artigo 11º - Deverão ser observados, quando da designação do agente público e do terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, os impedimentos dispostos no artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO III

DA ATUAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Artigo 12º - Caberá ao agente de contratação, em especial:

I - Acompanhar os trâmites da fase preparatória da licitação, promovendo diligências, se for o caso, de acordo com o calendário de contratação, que deverá ser editado por esta Casa Legislativa, cumprindo assim a data prevista, observado, ainda, o grau de prioridade da contratação, em especial na confecção dos seguintes artefatos:

a) estudos técnicos preliminares;

b) anteprojeto, termo de referência ou projeto básico;

c) pesquisa de preços; e

d) minuta do edital e do instrumento do contrato.

II - Conduzir a sessão pública da licitação, promovendo as seguintes ações:

a) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

b) verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

c) coordenar a sessão pública e o envio de lances;

d) verificar e julgar as condições de habilitação;

e) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

f) encaminhar à comissão de contratação os documentos de habilitação, caso verifique a possibilidade de sanear erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica;

g) indicar o vencedor do certame;

h) conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

i) encaminhar o processo devidamente instruído, após encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e homologação.

§1º - O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio, de que trata o artigo 4º, e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

§2º - A atuação do agente de contratação na fase preparatória deve-se ater à supervisão e às eventuais diligências para o bom fluxo da instrução processual, eximindo-se do cunho operacional da elaboração dos artefatos arrolados no inciso I do caput.

Artigo 13º - Nas licitações que envolvam bens ou serviços especiais, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação, formada por, no mínimo, 3 (três) membros, designados nos termos do Capítulo II.

§1º - Na hipótese do caput, a comissão de contratação deverá observar o disposto nos incisos I e II do artigo 14 e no artigo 16.

§2º - Os membros da comissão de contratação de que trata o caput responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

Artigo 14º - O agente de contratação poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, bem como do órgão de controle interno, a fim de subsidiar sua decisão.

SEÇÃO II

EQUIPE DE APOIO

Artigo 15º - Caberá à equipe de apoio auxiliar o agente de contratação ou a comissão de contratação nas etapas do processo licitatório, de que trata o inciso II do artigo 12.

Parágrafo único. A equipe de apoio poderá solicitar manifestação técnica do órgão de assessoramento jurídico ou de outros setores do órgão ou da entidade licitante, bem como do órgão de controle interno, a fim de subsidiar sua decisão.

SEÇÃO III

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO OU DE LICITAÇÃO

Artigo 16º - Caberá à comissão de contratação ou de licitação, entre outras:

I - Substituir o agente de contratação, nos termos do artigo 13, quando a licitação envolver a contratação de bens ou serviços especiais, desde que observados os requisitos estabelecidos nos artigos 8º e 9º;

II - Conduzir a licitação na modalidade diálogo competitivo, observado, no que couber, o disposto no artigo 12;

III - Receber, examinar e julgar documentos relativos aos procedimentos auxiliares, previstos no artigo 78 da Lei nº 14.133, de 2021, observadas as normas e os regulamentos expedidos pelo Poder Legislativo;

Parágrafo único: Na licitação na modalidade diálogo competitivo, que dispõe o inciso II, a comissão será composta de pelo menos 3 (três) servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração, admitida a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão.

Artigo 17º - A comissão de contratação poderá solicitar manifestação técnica do órgão de assessoramento jurídico ou de outros setores do órgão ou da entidade licitante, bem como do órgão de controle interno, a fim de subsidiar sua decisão.

SEÇÃO IV

GESTORES E FISCAIS DE CONTRATOS

SUBSEÇÃO I

ATIVIDADES DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

Artigo 18º - As atividades de gestão e fiscalização da execução do contrato competem ao gestor do contrato, auxiliado pela fiscalização técnica e administrativa, de acordo com as seguintes disposições:

I - **Gestão da execução do contrato:** é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

II - **Fiscalização técnica:** é o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração, podendo ser auxiliado pela fiscalização administrativa;

III - **Fiscalização administrativa:** é o acompanhamento dos aspectos administrativos exclusivamente dos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências temporais nos casos de inadimplimento.

Parágrafo único: Compete ao gestor e aos fiscais de contrato de que tratam os artigos 19 a 21 conhecer as normas, as regulamentações e os padrões estabelecidos pela Administração da Câmara Municipal, Órgão de Controle Interno e demais legislações correlatas.

SUBSEÇÃO II

GESTOR DO CONTRATO

Artigo 19º - Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, de que dispõe os incisos II e III do artigo 18;

II - Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, no prazo de até 1 (um) mês, contados da instrução do requerimento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

III - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

IV - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstarem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa;

V - Manter atualizado o processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no Histórico de Gerenciamento do Contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da Administração;

VI - Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos de que dispõe o inciso I do artigo 18;

VII - Estabelecer prazo razoável para comunicar à autoridade competente o término dos contratos, em caso de nova contratação ou prorrogação, visando à solução de continuidade;

VIII - Constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do artigo 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração.

SUBSEÇÃO III

FISCAL TÉCNICO

Artigo 20º - Cabe ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto, em especial:

I - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

II - Anotar no Histórico de Gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III - Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;

IV - Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

V - Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;

VI - Fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na avença, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;

VII - Comunicar o gestor do contrato, no prazo estabelecido nos termos no inciso VIII do artigo 19, o término do contrato sob sua responsabilidade, no caso de nova contratação ou prorrogação.

SUBSEÇÃO IV

FISCAL ADMINISTRATIVO

Artigo 21º - Cabe ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, do substituto, em especial:

I - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

II - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada; e

III - Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária e, em caso de descumprimento, observar as regras expedidas pela Administração da Casa.

SUBSEÇÃO V

RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

Artigo 22º - O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal técnico e o recebimento definitivo do gestor do contrato ou comissão designada pela autoridade competente, conforme regras definidas em ato expedido pela Administração.

SUBSEÇÃO VI

TERCEIROS CONTRATADOS PARA ASSISTIR E SUBSIDIAR OS FISCAIS DE CONTRATOS

Artigo 23º - Na hipótese da contratação de terceiros para assistir e subsidiar os fiscais de contrato de que trata esta Resolução, deverão ser observadas as seguintes regras:

I - A empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato; e;

II - A contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

SUBSEÇÃO VII

APOIO DOS ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO E DE CONTROLE INTERNO

Artigo 24º - Os fiscais técnico e administrativo serão auxiliados pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração vinculados ao órgão ou a entidade promotora da contratação, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução do contrato.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 25º - A Mesa Diretora desta Câmara Municipal, no âmbito de sua competência, poderá expedir normas internas relativas aos procedimentos operacionais a serem observados na atuação na área de licitações e contratos do agente de contratação, da equipe de apoio, da comissão de contratação, dos gestores e fiscais de contratos, desde que observadas as disposições desta Resolução.

Artigo 26º - Os casos omissos decorrentes da aplicação desta Resolução serão dirimidos pela Administração deste Poder Legislativo.

Artigo 27º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urânia, SP, 03 de maio de 2023.

Katia Cristina Vieira
Presidente

Marinete Munhoz Borges Saracuzza
Vice-Presidente

David Rodrigues Mendes
1º Secretário

Maria Rômulo de Nóbrega Gonçalves
2ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE URÂNIA

RESOLUÇÃO Nº 173/2023

"DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP, DISPOSTO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES 14.133 DE 2021"

A Mesa da Câmara Municipal do Estado de São Paulo, etc, no uso de suas atribuições legais, sanciona o que segue:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

DOS OBJETO

Artigo 1º - Esta Resolução dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

SEÇÃO I

DAS DEFINIÇÕES

Artigo 2º - Para fins do disposto nesta Resolução, considera-se:

I - Estudo Técnico Preliminar - ETP: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

II - Contratações correlatas: aquelas cujos objetos sejam similares ou correspondentes entre si;

III - Contratações interdependentes: aquelas que, por guardarem relação direta na execução do objeto, devem ser contratadas juntamente para a plena satisfação da necessidade da Administração;

IV - Requiritante: agente ou núcleo responsável por identificar a necessidade de contratação do bem, serviços e obras e requerê-la;

V - Área técnica: agente ou núcleo com conhecimento técnico-operacional sobre o objeto demandado, responsável por analisar o documento de formalização de demanda, e promover a agregação de valor e a compilação de necessidades de mesma natureza; e

VI - Equipe de planejamento da contratação: conjunto de agentes que reúnem as competências necessárias à completa execução das etapas de planejamento da contratação, o que inclui conhecimentos sobre aspectos técnicos-operacionais e de uso do objeto, licitações e contratos, dentre outros.

§ 1º - Os papéis de requiristente e de área técnica poderão ser exercidos pelo mesmo agente público ou unidade, desde que, no exercício dessas atribuições, detenha conhecimento técnico-operacional sobre o objeto demandado, observado o disposto no inciso III do caput.

§ 2º - A definição dos requiritantes, das áreas técnicas e da equipe de planejamento da contratação não ensejará, obrigatoriamente, a criação de novas estruturas nas unidades organizacionais dos órgãos e das entidades.

CAPÍTULO II

DA ELABORAÇÃO

DAS DIRETRIZES GERAIS

Artigo 3º - O ETP deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.

Artigo 4º - O ETP deverá estar alinhado com o Plano Anual de Contratações e com o Plano Diretor de Logística Sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração.

Artigo 5º - O ETP será elaborado conjuntamente por servidores da área técnica e requiritante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação, observado o § 1º do art. 2º.

SEÇÃO I

DO CONTEÚDO

Artigo 6º - Com base no Plano Anual de Contratações, deverão ser registrados no ETP os seguintes elementos:

I - Descrição da necessidade da contratação, considerando o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - Descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho;

III - Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo, entre outras opções:

a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração;

b) ser realizada audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições;

c) em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, ser avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular.

IV - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

V - Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - Justificativas para o parcelamento ou não da solução;

VIII - Contratações correlatas e/ou interdependentes;

IX - Demonstrativo da previsão da contratação no Plano Anual de Contratações, de modo a indicar o seu alinhamento com o instrumento de planejamento do órgão;

X - Demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

XI - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, tais como adaptações no ambiente do órgão, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para descarte e reciclagem de bens e refulgos, quando aplicável; e

XIII. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina

§1º - O ETP deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, V, VI, VII e XIII do "caput" deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos, apresentar as devidas justificativas.

§2º - Caso, após o levantamento do mercado de que trata o inciso III, a quantidade de fornecedores for considerada restrita, deve-se verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, flexibilizando-os sempre que possível.

§3º - Em todos os casos, o estudo técnico preliminar deve privilegiar a consecução dos objetivos de uma contratação, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133, de 2021, em detrimento de modelagem de contratação centrada em exigências meramente formais.

Artigo 7º - Durante a elaboração do ETP deverão ser avaliadas:

I - A possibilidade de utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra, desde que não haja prejuízos à competitividade do processo licitatório e à eficiência do respectivo contrato, nos termos do art. 25 da lei nº 14.133, de 2021;

II - A necessidade de ser exigido, em edital ou em aviso de contratação direta, que os serviços de manutenção e assistência técnica sejam prestados mediante deslocamento de técnico ou disponibilização em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível com suas necessidades, conforme dispõe o §4º do art. 40 da lei nº 14.133, de 2021; e

III - As contratações anteriores voltadas ao atendimento de necessidade idêntica ou semelhante à atual, como forma de melhorar a performance contratual, em especial nas contratações de execução continuada ou de fornecimento contínuo, de bens e serviços, com base, inclusive, no relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do §3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021.

Artigo 8º - Quando o ETP demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital são relevantes aos fins pretendidos pela Administração, deverá ser escolhido o critério de julgamento de técnica e preço, conforme o disposto no §1º do art. 35 da Lei nº 14.133, de 2021.

Artigo 9º - Ao final da elaboração do ETP, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

SEÇÃO II

DAS EXCEÇÕES À ELABORAÇÃO DO ETP

Artigo 10º - A elaboração do ETP:

I - É facultada nas hipóteses dos incisos I, II, VII e VIII do art. 75 e do §7º do art. 30 da Lei nº 14.133, de 2021; e

II - É dispensada na hipótese do inciso III do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, e nos casos de prorrogações dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos.

CAPÍTULO III

DAS REGRAS ESPECÍFICAS

DAS CONTRATAÇÕES DE OBRAS E SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA

Artigo 11º - Quando da elaboração do ETP para a contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade atreçados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos, conforme disposto no §3º do art. 18 da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

DAS ORIENTAÇÕES GERAIS

Artigo 12º - Os casos omissos serão dirimidos pela Administração, que poderá expedir normas complementares para a execução desta norma, bem como disponibilizar em meio eletrônico informações adicionais.

Artigo 13º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urânia, SP, 03 de maio de 2023.

Katia Cristina Vieira
Presidente

Marinete Munhoz Borges Saracuzza
Vice-Presidente

David Rodrigues Mendes
1º Secretário

Maria Rômulo de Nóbrega Gonçalves
2ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE URÂNIA

RESOLUÇÃO Nº 174/2023

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE REFERÊNCIA SALARIAL, NOMENCLATURA E ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE DIRETOR ADMINISTRATIVO, QUE COMPÕE O QUADRO DE SERVIDORES EFETIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE URÂNIA E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A Mesa da Câmara Municipal do Estado de São Paulo, etc, no uso de suas atribuições legais, sanciona o que segue:

Artigo 1º - Altera-se a nomenclatura do cargo de Diretor Administrativo e suas atribuições, de acordo com o ANEXO I desta Resolução

Artigo 2º - Fica alterada a referência salarial do cargo de Diretor Administrativo, de provimento efetivo, regulamentado pela Resolução nº 165/2022, de "171A" para "221A".

Artigo 3º - As demais disposições da Resolução nº 165/2022 permanecem inalteradas.

Artigo 4º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Urânia, 03 de maio de 2023.

Katia Cristina Vieira
Presidente

Marinete Munhoz Borges Saracuzza
Vice-Presidente

David Rodrigues Mendes
1º Secretário

Maria Rômulo de Nóbrega Gonçalves
2ª Secretária

ANEXO I

CARGO: DIRETOR ADMINISTRATIVO E AGENTE DE CONTRATAÇÕES

I - Dirigir os serviços das dependências da Câmara;

II - Acompanhar nas repartições da Câmara o andamento dos serviços ordenados;

III - Elaborar em conjunto com o Departamento Jurídico:

a) Projetos de Leis;

b) Decretos, portarias, contratos e outros atos oficiais;

c) Controlar os prazos facultados pela Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno do Legislativo para sanção ou veto das leis aprovadas pela Câmara Municipal;

d) Promover a elaboração de informações que devem ser prestadas pela Câmara;

e) Promover a publicação de arquivos e recortes de jornais relativos a assuntos de interesse da Câmara Municipal;

f) Proceder à elaboração de relatórios para informação ao público;

g) Providenciar a publicação das leis, Decretos, Portarias, Contratos e dos demais atos;

h) Fazer coleccionar e manter sob sua guarda os Autógrafos das Leis e outros atos emanados a Câmara Municipal;

i) Promover a organização e manutenção atualizada do arquivo e respectivo fichário de Leis Decretos, Portarias, Projetos de leis, Contratos e outros atos de interesse da administração;

j) Prestar informações à administração sobre Leis, Decretos, Contratos, Portarias, Regulamentos, Editais, Instruções e outros atos oficiais;

k) Promover a organização de coletâneas de Leis, Decretos, Portarias, Regulamentos e outros documentos do Legislativo Municipal;

l) Promover a numeração e expedição da correspondência oficial;

m) Providenciar junto à imprensa, as retificações de textos dos atos publicados e revê-los antes da publicação;

n) Providenciar a remessa das cópias das Leis, Decretos e demais atos normativos aos órgãos interessados;

o) Promover a transcrição de leis, decretos, portarias, contratos e outros atos oficiais em livros próprios;

p) Promover as buscas para fornecimento de Certidões e informações quando regularmente requeridas por outros órgãos externos e internos, após autorizadas pelo Presidente do Legislativo;

q) Elaborar Atas em livros próprios, quando de transmissão de posse do cargo eletivo de Prefeito Municipal e Vereadores;

r) Supervisionar as atividades de informações solicitadas sobre o andamento e despachos nos processos;


s) Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do seu setor;

t) Acompanhar os trâmites da fase preparatória da licitação, promovendo diligências, se for o caso, de acordo com o calendário de contratação, que deverá ser editado por esta Casa Legislativa, cumprindo assim a data prevista, observado, ainda, o grau de prioridade da contratação, em especial na confecção dos seguintes artefatos: estudos técnicos preliminares, anteprojeto, termo de referência ou projeto básico, pesquisa de preços, minuta do edital e do instrumento do contrato

u) Conduzir a sessão pública da licitação, promovendo as seguintes ações: receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos, verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital, coordenar a sessão pública e o envio de lances, verificar e julgar as condições de habilitação, sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, encaminhar à comissão de contratação os documentos de habilitação, caso verifique a possibilidade de sanear erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, indicar o vencedor do certame, conduzir os trabalhos da equipe de apoio, encaminhar o processo devidamente instruído, após encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e homologação.

v) Executar outras tarefas correlatas, determinadas pelo superior imediato.

FONE/FAX: (17) 3632-6889 - E-mail: jn.folharegional@gmail.com



ASPÁSIA
PREFEITURA MUNICIPAL
Rua do Desenvolvimento

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2.023
PROCESSO Nº 025/2.023


Danilo Henrique Gonçalves, Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Aspásia, Estado de São Paulo, na forma da lei e no uso das suas atribuições.

Processada a sessão do **PREGÃO PRESENCIAL** cujo objeto é “**Contratação de empresa para fornecimento de Aparelhos de Ar Condicionado para atender as necessidades do município de Aspásia-SP**”, dentro das normas da legislação em vigor e após o devido credenciamento, etapa de lances e negociação direta com o fornecedor, **ADJUDICO** o objeto licitado às seguintes empresas: **BRISALAR ELETRO ELETRONICOS COMERCIO E SERVIÇO LTDA** no valor de R\$ 18.200,00 (dezoito mil e duzentos reais) e **RIHAN EDUARDO SANTANA CABELLO** no valor de R\$ 14.880,00 (quatorze mil oitocentos e oitenta reais).

Encaminhem-se os presentes autos para o Sr. Prefeito para a Homologação deste procedimento.

Aspásia, em 28 de abril de 2.023.

Danilo Henrique Gonçalves
Pregoeiro



ASPÁSIA
PREFEITURA MUNICIPAL
Rua do Desenvolvimento

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2.023
PROCESSO Nº 025/2.023


Ivan de Paula, Prefeito Municipal de Aspásia, Estado de São Paulo, na forma da lei e no uso das suas atribuições.

Processada a sessão do **PREGÃO PRESENCIAL** cujo objeto é “**Contratação de empresa para fornecimento de Aparelhos de Ar Condicionado para atender as necessidades do município de Aspásia-SP**”, dentro das normas da legislação em vigor, e após as devidas informações fornecidas pelo Pregoeiro, bem como após análise da ata da sessão de pregão, **HOMOLOGO** este presente procedimento para que dele provenham seus legais efeitos às seguintes empresas: **BRISALAR ELETRO ELETRONICOS COMERCIO E SERVIÇO LTDA** no valor de R\$ 18.200,00 (dezoito mil e duzentos reais) e **RIHAN EDUARDO SANTANA CABELLO** no valor de R\$ 14.880,00 (quatorze mil oitocentos e oitenta reais).

Encaminhe-se cópia destes autos ao Departamento de Contabilidade para o devido processamento contábil.

Aspásia, em 02 de maio de 2.023.

Ivan de Paula
Prefeito Municipal



ASPÁSIA
PREFEITURA MUNICIPAL

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2.023
PROCESSO Nº 024/2.023


Danilo Henrique Gonçalves, Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Aspásia, Estado de São Paulo, na forma da lei e no uso das suas atribuições.

Processada a sessão do **PREGÃO ELETRÔNICO** cujo objeto é “**Contratação de empresa especializada em serviços de apoio aos alunos com Transtornos do Neurodesenvolvimento (Transtorno do Espectro do Autismo, Hiperatividade e Transtorno Opositor Desafiador) e DI (Deficiência Intelectual), na CEMEIF Rosângela Aparecida Veiga Gonçalves no município de Aspásia-SP, conforme Termo de Referência (Anexo I)**”, dentro das normas da legislação em vigor e após o devido credenciamento, etapa de lances e negociação direta com o fornecedor, **ADJUDICO** o objeto licitado à seguinte empresa: **SELMA PONTES CEZAR DE ASSIS ME** no valor de R\$ 20.640,00 (vinte mil seiscentos e quarenta reais).

Encaminhem-se os presentes autos para o Sr. Prefeito para a Homologação deste procedimento.

Aspásia, em 02 de maio de 2.023.

Danilo Henrique Gonçalves
Pregoeiro



ASPÁSIA
PREFEITURA MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2.023
PROCESSO Nº 024/2.023

Ivan de Paula, Prefeito Municipal de Aspásia, Estado de São Paulo, na forma da lei e no uso das suas atribuições.

Processada a sessão do **PREGÃO ELETRÔNICO** cujo objeto é “**Contratação de empresa especializada em serviços de apoio aos alunos com Transtornos do Neurodesenvolvimento (Transtorno do Espectro do Autismo, Hiperatividade e Transtorno Opositor Desafiador) e DI (Deficiência Intelectual), na CEMEIF Rosângela Aparecida Veiga Gonçalves no município de Aspásia-SP, conforme Termo de Referência (Anexo I)**”, dentro das normas da legislação em vigor, e após as devidas informações fornecidas pelo Pregoeiro, bem como após análise da ata da sessão de pregão, **HOMOLOGO** este presente procedimento para que dele provenham seus legais efeitos à seguinte empresa: **SELMA PONTES CEZAR DE ASSIS ME** no valor de R\$ 20.640,00 (vinte mil seiscentos e quarenta reais).

Encaminhem-se cópia destes autos ao Departamento de Contabilidade para o devido processamento contábil.

Aspásia, em 03 de maio de 2.023.

Ivan de Paula
Prefeito Municipal



ASPÁSIA
PREFEITURA MUNICIPAL
Rua do Desenvolvimento

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº 025/2.023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2.023
CONTRATO Nº 038/2.023

CONTRATANTE: Município de Aspásia
Endereço: Rua Santos, nº. 350 - Centro
CEP: 15.763 - 000 – Aspásia (SP)
CNPJ: 65.712.002/0001-59

Contratada: Brisalar Eletro Eletronicos Comercio e Serviço Ltda
Endereço: Rua 21 de abril, nº 120 – Centro
Cep. 15.120-000 – Neves Paulista (SP)
CNPJ: 19.950.400/0001-96

ASSUNTO: Contratação de empresa para fornecimento de Aparelhos de Ar Condicionado para atender as necessidades do município de Aspásia-SP, tudo conforme termo de referência.

VIGÊNCIA: 01 de julho de 2.023.

VALOR GLOBAL: R\$ 18.200,00 (dezoito mil e duzentos reais).

ASSINATURA: 03 de maio de 2.023.

Aspásia, em 03 de maio de 2.023.

Ivan de Paula
Prefeito Municipal



ASPÁSIA
PREFEITURA MUNICIPAL
Rua do Desenvolvimento

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº 025/2.023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2.023
CONTRATO Nº 039/2.023

CONTRATANTE: Município de Aspásia
Endereço: Rua Santos, nº. 350 - Centro
CEP: 15.763 - 000 – Aspásia (SP)
CNPJ: 65.712.002/0001-59

Contratada: Rihan Eduardo Santana Cabello ME
Endereço: Rua Nigrita, nº 90 – Residencial Alpha Jales
Cep. 15.708-081 – Jales (SP)
CNPJ: 48.466.658/0001-10

ASSUNTO: Contratação de empresa para fornecimento de Aparelhos de Ar Condicionado para atender as necessidades do município de Aspásia-SP, tudo conforme termo de referência.

VIGÊNCIA: 01 de julho de 2.023.

VALOR GLOBAL: R\$ 14.880,00 (quatorze mil oitocentos e oitenta reais).

ASSINATURA: 03 de maio de 2.023.

Aspásia, em 03 de maio de 2.023.

Ivan de Paula
Prefeito Municipal

PREFEITURA M. NOVA CANAÃ PAULISTA

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Processo nº 060/2022

Dispensa de licitação nº 035/2022

Termo de Contrato nº 074/2022

Objetivos: trata-se de Rescisão Unilateral de Contrato administrativo, firmado entre este município e a empresa AGNALDO DA SILVA 24776421895 - ME cujo objetivo é a prestação de serviços de podas de até 1.050 (mil e cinquenta) arvores no município de Nova Canaã Paulista e Distrito de Socimbra, conforme descrições no Anexo I.

Distratante Prefeitura Municipal de Nova Canaã Paulista/SP

Distratado AGNALDO DA SILVA 247764218-5 - ME

Assinatura 04 de maio de 2023

Nova Canaã Paulista/SP 04 de maio de 2023.

Thais Cristina Costa Moreira

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTALNDA

2º Extrato de Prorrogação de Contrato

Contratante: P. M. Pontalinda.

Contratada: Denise Cristina dos Santos 22467303845, CNPJ 27.661.600/0001-57.

Objeto: Contratação de empresa especializada em assessoria técnica para ministrar oficinas para atendimento as famílias reverenciadas ao CRAS, para cumprimento das ações do PAIF (Programa Apoio Integral a Família), PSB (Proteção Social Básica) e SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) a serem realizados no Prédio do Centro de Referência de Assistência Social deste Município, ficando ajustado o serviço em questão, de acordo com os dispositivos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Prorrogação: de 04/05/2023 até 04/05/2024

Contrato nº 22/2021

Data: 03/05/2023

Valor da prorrogação: R\$ 65.439,47

Pregão Presencial 12/2021

Processo CL/PMP 21/2021

Setor de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTALNDA

2º Extrato de Prorrogação de Contrato

Contratante: P. M. Pontalinda.

Contratada: SELMA PONTES CEZAR DE ASSIS, CNPJ 27.461.195/0001-23.

Objeto: Contratação de empresa especializada em assessoria técnica para ministrar oficinas para atendimento as famílias reverenciadas ao CRAS, para cumprimento das ações do PAIF (Programa Apoio Integral a Família), PSB (Proteção Social Básica) e SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) a serem realizados no Prédio do Centro de Referência de Assistência Social deste Município, ficando ajustado o serviço em questão, de acordo com os dispositivos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Prorrogação: de 04/05/2023 até 04/05/2024

Contrato nº 23/2021

Data: 03/05/2023

Valor da prorrogação: R\$ 37.950,80

Pregão Presencial 12/2021

Processo CL/PMP 21/2021

Setor de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTALNDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTALINDA

Aviso de Licitação

Modalidade: Pregão Presencial

Pregão Presencial nº 09/2023

Processo CL/PMP nº 272023

Encontra-se aberto nesta Municipalidade Pregão Presencial, que tem por objetivo contratação de empresa especializada para a fabricação e fornecimento de monumento “Cristo Redentor” e letreiro turístico a serem instalados na cidade de Pontalinda, conforme condições, quantidades, especificações e exigências contidas no ANEXO I - “TERMO DE REFERENCIA” do edital. Data para apresentação de propostas até as 18 horas 00 min. do dia 18 de maio de 2.023. O edital completo encontra-se a disposição para retirada no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Pontalinda, Rua Tupinambás nº 1091, pelo site www.pontalinda.sp.gov.br/licitacoes, Todos os esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo telefone (17) 3699-8780.

Pontalinda, 04 de maio de 2023

Sisínio de Oliveira Leão

Prefeito Municipal

PREFEITURAM. SANTARITA D'OESTE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 06/23

PROCESSO Nº 23/23

REFERÊNCIA: Ata de registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de materiais escolares e materiais de escritório para o município de Santa Rita d'Oeste

DESPACHO

Processada a presente Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, dentro das normas da legislação em vigor, e após as devidas informações fornecidas pelo Pregoeiro nomeado pela Portaria nº 02/23, Adjudicando a licitação, bem como após análise da ata da sessão de pregão, HOMOLOGO este presente procedimento para dele provenham seus legais efeitos à empresa EVALDO JOSÉ MANTELATO – ME CNPJ Nº 10.655.463/0001-45 vencedor dos itens 04,06, 08, 11, 13, 16, 17, 20, 25, 26, 27, 31, 36, 37, 38, 40, 43, 44, 45, 49, 50, 65, 68, 73, 75, 77, 78, 79, 90, 93, 94, 95, 99, 100, 101, 105, 111, 119, 120, 125, 129, 132, 133, 134, 136; à empresa R.T. DISTRIBUIDORA EIRELI – ME CNPJ Nº 23.680.765/0001-15 vencedor do item 61; à empresa MARIA GABRIELA ALVES PARINI CNPJ Nº 29.345.344/0001-14 vencedor dos itens 12, 52; à empresa ALINE MARCHINI COVRE FERREIRA LTDA CNPJ Nº 42.072.881/0001-04 vencedor do item 115; à empresa CIDICOLA – CIRÚRGICA MATERIAIS HOSPITALARES LTDA CNPJ Nº 42.858.822/0001-58 vencedor dos itens 01, 33, 87, 88, 114; à empresa LC COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA CNPJ Nº 47.190.313/0001-13 vencedor dos itens 32, 39, 41, 55, 80, 81, 98, 104, 109, 110, 113, 137; à empresa OMEGA MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO LTDA CNPJ Nº 49.160.157/0001-73 vencedor dos itens 02, 03, 05, 07, 09, 10, 14, 15, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 34, 35, 42, 46, 47, 48, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 82, 83, 84, 85, 86, 91, 92, 96, 97, 102, 103, 106, 107, 108, 112, 116, 117, 118, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 130, 131, 135, 138, 139, 140, 141, 142; à empresa ECO PAPER SERVIÇOS DIVERSOS LTDA CNPJ Nº 44.932.140/0002-54 vencedor do item 89.

Santa Rita d'Oeste, 27 de abril de 2023.

OSMAR SAMPAIO

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 08/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA D'OESTE

Empresa: Evaldo José Mantelato – ME

Assinatura: 02/05/2023

Objeto: Ata de registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de materiais escolares e materiais de escritório para o município de Santa Rita d'Oeste

Valor R\$: 44.970,33

Vigência: 12 meses

Pregão (Eletrônico) nº 06/2023 – Processo nº 23/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 09/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA D'OESTE

Empresa: R.T. Distribuidora Eireli – ME

Assinatura: 02/05/2023

Objeto: Ata de registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de materiais escolares e materiais de escritório para o município de Santa Rita d'Oeste

Valor R\$: 425,00

Vigência: 12 meses

Pregão (Eletrônico) nº 06/2023 – Processo nº 23/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA D'OESTE

Empresa: Maria Gabriela Alves Parini

Assinatura: 02/05/2023

Objeto: Ata de registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de materiais escolares e materiais de escritório para o município de Santa Rita d'Oeste

Valor R\$: 3.160,00

Vigência: 12 meses

Pregão (Eletrônico) nº 06/2023 – Processo nº 23/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA D'OESTE

Empresa: Aline Marchi Covre Ferreira Ltda

Assinatura: 02/05/2023

Objeto: Ata de registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de materiais

escolares e materiais de escritório para o município de Santa Rita d'Oeste
Valor R\$: 598,50
Vigência: 12 meses
Pregão (Eletrônico) nº 06/2023 – Processo nº 23/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 12/2023
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA D'OESTE
Empresa: Cidicola – Cirúrgica Materiais Hospitalares Ltda
Assinatura: 02/05/2023
Objeto: Ata de registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de materiais escolares e materiais de escritório para o município de Santa Rita d'Oeste
Valor R\$: 943,90
Vigência: 12 meses
Pregão (Eletrônico) nº 06/2023 – Processo nº 23/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 13/2023
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA D'OESTE
Empresa: LC Comercio de Embalagens Ltda
Assinatura: 02/05/2023
Objeto: Ata de registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de materiais escolares e materiais de escritório para o município de Santa Rita d'Oeste
Valor R\$: 10.462,29
Vigência: 12 meses
Pregão Presencial nº 06/2023 – Processo nº 23/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 14/2023
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA D'OESTE
Empresa: Omega Materiais para Escritório Ltda
Assinatura: 02/05/2023
Objeto: Ata de registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de materiais escolares e materiais de escritório para o município de Santa Rita d'Oeste
Valor R\$: 53.476,35
Vigência: 12 meses
Pregão (Eletrônico) nº 06/2023 – Processo nº 23/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 15/2023
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA D'OESTE
Empresa: Eco Paper Serviços Diversos Ltda
Assinatura: 02/05/2023
Objeto: Ata de registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de materiais escolares e materiais de escritório para o município de Santa Rita d'Oeste
Valor R\$: 20.898,00
Vigência: 12 meses
Pregão (Eletrônico) nº 06/2023 – Processo nº 23/2023
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO
PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 07/23
PROCESSO Nº 24/23
REFERÊNCIA: Ata de registro de preço para futura e eventual aquisições de materiais hospitalares que serão utilizados na Unidade Básica de Saúde III de Santa Rita d'Oeste
DESPACHO
Processada a presente Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, dentro das normas da legislação em vigor, e após as devidas informações fornecidas pelo Pregoeiro nomeado pela Portaria nº 02/23, Adjudicando a licitação, bem como após análise da ata da sessão de pregão, HOMOLOGO este presente procedimento para dele provenham seus legais efeitos à empresa CIRÚRGICA RIOPRETANA LTDA – EPP CNPJ Nº 03.608.026/0001-05 vencedor dos itens 15, 16, 65, 79, 80, 90, 99, 123, 124, 125; à empresa PASSOS COMERCIAL HOSPITALAR EIRELI EPP CNPJ Nº 14.504.853/0001-75, vencedor dos itens 25, 34, 38; à empresa AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA CNPJ Nº 65.817.900/0001-71 vencedor do item 95; à empresa SÓQUIMICA laboratórios LTDA CNPJ Nº 59.225.268/0001-74 vencedor do item 61; à empresa CIRÚRGICA MEDSAÚDE HOSPITALAR BRASIL LTDA – ME CNPJ Nº 37.760.282/0001-35 vencedor dos itens 01, 02, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 19, 20, 22, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 35, 39, 41, 42, 43, 44, 51, 58, 59, 60, 64, 67, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 87, 89, 102, 108, 111, 114, 117, 118, 119, 120; à empresa MAX MEDICAL COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA CNPJ Nº 07.295.038/0001-88 vencedor dos itens 26, 36, 96; à empresa CIDICOLA – CIRÚRIGCA MATERIAIS HOSPITALARES LTDA – ME CNPJ Nº 42.858.822/0001-58 vencedor dos itens 21, 24, 33, 45, 47, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 85, 86, 88, 93, 97, 106, 121, 126; à empresa SALVI, LOPES & CIA LTDA – ME CNPJ Nº 82.478.140/0001-34 vencedor dos itens 18, 37, 46, 48, 66, 69, 74, 91; à empresa V P – MEDICAMENTOS LTDA – ME CNPJ Nº 73.318.693/0001-39 vencedor dos itens 18, 37, 46, 48, 66, 69, 74, 91; à empresa DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA CNPJ Nº 56.081.482/0001-06 vencedor dos itens 03, 62, 70, 92, 98, 100, 101, 103, 110, 115, 116.
Santa Rita d'Oeste, 03 de maio de 2023.
OSMAR SAMPAIO
Prefeito Municipal
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 16/2023
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA D'OESTE
Empresa: Cirúrgica Riopretana Ltda – EPP
Assinatura: 04/05/2023
Objeto: Ata de registro de preço para futura e eventual aquisições de materiais hospitalares que serão utilizados na Unidade Básica de Saúde III de Santa Rita d'Oeste
Valor R\$: 12.251,50
Vigência: 12 meses
Pregão (Eletrônico) nº 07/2023 – Processo nº 24/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 17/2023
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA D'OESTE
Empresa: Passos Comercial Hospitalar Eireli – EPP
Assinatura: 04/05/2023
Objeto: Ata de registro de preço para futura e eventual aquisições de materiais hospitalares que serão utilizados

na Unidade Básica de Saúde III de Santa Rita d'Oeste
Valor R\$: 1.017,35
Vigência: 12 meses
Pregão (Eletrônico) nº 07/2023 – Processo nº 24/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 18/2023
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA D'OESTE
Empresa: Aglon Comercio e Representações Ltda
Assinatura: 04/05/2023
Objeto: Ata de registro de preço para futura e eventual aquisições de materiais hospitalares que serão utilizados na Unidade Básica de Saúde III de Santa Rita d'Oeste
Valor R\$: 2.898,00
Vigência: 12 meses
Pregão (Eletrônico) nº 07/2023 – Processo nº 24/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 19/2023
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA D'OESTE
Empresa: Sóquimica Laboratórios Ltda
Assinatura: 04/05/2023
Objeto: Ata de registro de preço para futura e eventual aquisições de materiais hospitalares que serão utilizados na Unidade Básica de Saúde III de Santa Rita d'Oeste
Valor R\$: 18.800,00
Vigência: 12 meses
Pregão (Eletrônico) nº 07/2023 – Processo nº 24/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 20/2023
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA D'OESTE
Empresa: Cirúrgica Medsaúde Hospitalar Brasil Ltda
Assinatura: 04/05/2023
Objeto: Ata de registro de preço para futura e eventual aquisições de materiais hospitalares que serão utilizados na Unidade Básica de Saúde III de Santa Rita d'Oeste
Valor R\$: 58.941,35
Vigência: 12 meses
Pregão (Eletrônico) nº 07/2023 – Processo nº 24/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 21/2023
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA D'OESTE
Empresa: Max Medical Comercio de Produtos Médicos e Hospitalares Ltda
Assinatura: 04/05/2023
Objeto: Ata de registro de preço para futura e eventual aquisições de materiais hospitalares que serão utilizados na Unidade Básica de Saúde III de Santa Rita d'Oeste
Valor R\$: 9.267,50
Vigência: 12 meses
Pregão (Eletrônico) nº 07/2023 – Processo nº 24/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 22/2023
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA D'OESTE
Empresa: Cidicola – Cirúrgica Materiais Hospitalares Ltda
Assinatura: 04/05/2023
Objeto: Ata de registro de preço para futura e eventual aquisições de materiais hospitalares que serão utilizados na Unidade Básica de Saúde III de Santa Rita d'Oeste
Valor R\$: 6.703,56
Vigência: 12 meses
Pregão (Eletrônico) nº 07/2023 – Processo nº 24/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 23/2023
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA D'OESTE
Empresa: Salvi, Lopes Cia Ltda
Assinatura: 04/05/2023
Objeto: Ata de registro de preço para futura e eventual aquisições de materiais hospitalares que serão utilizados na Unidade Básica de Saúde III de Santa Rita d'Oeste
Valor R\$: 3.311,72
Vigência: 12 meses
Pregão (Eletrônico) nº 07/2023 – Processo nº 24/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2023
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA D'OESTE
Empresa: V P – Medicamentos Ltda
Assinatura: 04/05/2023
Objeto: Ata de registro de preço para futura e eventual aquisições de materiais hospitalares que serão utilizados na Unidade Básica de Saúde III de Santa Rita d'Oeste
Valor R\$: 3.387,67
Vigência: 12 meses
Pregão (Eletrônico) nº 07/2023 – Processo nº 24/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 25/2023
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA D'OESTE
Empresa: Dimebras Comercial Hospitalar Ltda
Assinatura: 04/05/2023
Objeto: Ata de registro de preço para futura e eventual aquisições de materiais hospitalares que serão utilizados na Unidade Básica de Saúde III de Santa Rita d'Oeste
Valor R\$: 19.303,20
Vigência: 12 meses
Pregão (Eletrônico) nº 07/2023 – Processo nº 24/2023
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO
PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 08/23
PROCESSO Nº 25/23
REFERÊNCIA: Ata de registro de preço para futura e eventual aquisição de produtos e utensílios de limpeza, higiene, sacos de lixo, e materiais descartáveis para diversos setores da municipalidade
DESPACHO
Processada a presente Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, dentro das normas da legislação em vigor, e após as devidas informações fornecidas pelo Pregoeiro nomeado pela Portaria nº 02/23, Adjudicando a licitação, bem como após análise da ata da sessão de pregão, HOMOLOGO este presente procedimento para dele provenham seus legais efeitos à empresa NILZA APARECIDA ZACHEO ZERBINATI – ME CNPJ Nº 04.153.262/0001-47 vencedor dos 05, 08, 13, 25; à empresa WILSON PEREIRA DA SILVA – TACOS – EPP CNPJ Nº 05.006.683/0001-08 vencedor dos itens 01, 04,

24, 33, 38, 45, 46, 70; à empresa R.T. DISTRIBUDORA EIRELI-ME CNPJ Nº 23.680.765/0001-15 vencedor dos itens 06, 11, 15, 16, 22, 26, 27, 28, 29, 31, 52, 55, 60, 64, 68, 73; à empresa MARIA DE LOURDES PEREIRA FREITAS 10274423820 – ME CNPJ Nº 23.443.570/0001-51 vencedor dos itens 03, 07, 09, 14, 17, 23, 34, 36, 39, 41, 42, 43, 44, 49, 50, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 69, 71; à Empresa LUCAS E MENDES – ME CNPJ Nº 11.191.465/0001-93 vencedor dos itens 02, 37; à empresa CIDICOLA – CIRURGICA MATERIAIS HOSPITALARES LTDA – ME CNPJ Nº 42.858.822/0001-58 vencedor dos itens 12, 47; à empresa ALAIRCE ASSUMPÇÃO – ME CNPJ Nº 25.199.678/0001-76 vencedor dos itens 48, 72; à empresa CLARIANA MARQUES TRIZOLIO BORGES – ME CNPJ Nº 26.386.803/0001-10 vencedor dos itens 10, 18, 19, 20, 21, 30, 32, 35, 40, 65, 66, 67.
Santa Rita d'Oeste, 03 de maio de 2023.
OSMAR SAMPAIO
Prefeito Municipal
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 26/2023
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA D'OESTE
Empresa: Nilza Aparecida Zacheo Zerbinati – ME
Assinatura: 04/05/2023
Objeto: Ata de registro de preço para futura e eventual aquisição de produtos e utensílios de limpeza, higiene, sacos de lixo, e materiais descartáveis para diversos setores da municipalidade
Valor R\$: 1.366,00
Vigência: 12 meses
Pregão (Eletrônico) nº 08/2023 – Processo nº 25/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 27/2023
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA D'OESTE
Empresa: Wilson Pereira da Silva – Tacos – EPP
Assinatura: 04/05/2023
Objeto: Ata de registro de preço para futura e eventual aquisição de produtos e utensílios de limpeza, higiene, sacos de lixo, e materiais descartáveis para diversos setores da municipalidade
Valor R\$: 5.541,04
Vigência: 12 meses
Pregão (Eletrônico) nº 08/2023 – Processo nº 25/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 28/2023
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA D'OESTE
Empresa: R.T. Distribuidora Eireli – ME
Assinatura: 04/05/2023
Objeto: Ata de registro de preço para futura e eventual aquisição de produtos e utensílios de limpeza, higiene, sacos de lixo, e materiais descartáveis para diversos setores da municipalidade
Valor R\$: 20.654,70
Vigência: 12 meses
Pregão (Eletrônico) nº 08/2023 – Processo nº 25/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 29/2023
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA D'OESTE
Empresa: Maria de Lourdes Pereira Freitas 10274423820 – ME
Assinatura: 04/05/2023
Objeto: Ata de registro de preço para futura e eventual aquisição de produtos e utensílios de limpeza, higiene, sacos de lixo, e materiais descartáveis para diversos setores da municipalidade
Valor R\$: 30.798,29
Vigência: 12 meses
Pregão (Eletrônico) nº 08/2023 – Processo nº 25/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 30/2023
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA D'OESTE
Empresa: Lucas e Mendes – ME
Assinatura: 04/05/2023
Objeto: Ata de registro de preço para futura e eventual aquisição de produtos e utensílios de limpeza, higiene, sacos de lixo, e materiais descartáveis para diversos setores da municipalidade
Valor R\$: 292,50
Vigência: 12 meses
Pregão (Eletrônico) nº 08/2023 – Processo nº 25/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 31/2023
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA D'OESTE
Empresa: Cidicola – Cirúrgica Materiais Hospitalares Ltda – ME
Assinatura: 04/05/2023
Objeto: Ata de registro de preço para futura e eventual aquisição de produtos e utensílios de limpeza, higiene, sacos de lixo, e materiais descartáveis para diversos setores da municipalidade
Valor R\$: 5.043,65
Vigência: 12 meses
Pregão (Eletrônico) nº 08/2023 – Processo nº 25/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 32/2023
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA D'OESTE
Empresa: Alairce Assumpção – ME
Assinatura: 04/05/2023
Objeto: Ata de registro de preço para futura e eventual aquisição de produtos e utensílios de limpeza, higiene, sacos de lixo, e materiais descartáveis para diversos setores da municipalidade
Valor R\$: 6.068,49
Vigência: 12 meses
Pregão (Eletrônico) nº 08/2023 – Processo nº 25/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 33/2023
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA D'OESTE
Empresa: Clariana Marques Trizolio Borges – ME
Assinatura: 04/05/2023
Objeto: Ata de registro de preço para futura e eventual aquisição de produtos e utensílios de limpeza, higiene, sacos de lixo, e materiais descartáveis para diversos setores da municipalidade
Valor R\$: 4.163,70
Vigência: 12 meses
Pregão (Eletrônico) nº 08/2023 – Processo nº 25/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURMALINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/23
PROCESSO Nº 28/23
REFERÊNCIA: Aquisição de vigotas e palanques de eucalipto para a conservação das estradas rurais (pontes e mata burros) visando a melhoria da infraestrutura das referidas estradas do Município de Turmalina
DESPACHO
Processada a presente Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, dentro das normas da legislação em vigor, e após as devidas informações fornecidas pelo Pregoeiro nomeado pela Portaria nº 5845/23, Adjudicando a licitação, bem como após análise da ata da sessão de pregão, HOMOLOGO este presente procedimento para dele provenham seus legais efeitos à empresa JACYR CORREA COMERCIO DE MADEIRAS LTDA – ME CNPJ Nº 00.241.006/0001-50 vencedor do lote 1. Encaminha-se cópia do Pedido de Fornecimento ao Departamento de Contabilidade para o devido processamento contábil.
Turmalina, 27 de abril de 2023.
ALEXANDRO RIBEIRO PEREIRA
Prefeito Municipal
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº: 21/23
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TURMALINA
Contratado: Jacyr Correa Alves Comercio de Madeiras Ltda – ME
Assinatura: 02/05/2023
Objeto: Aquisição de vigotas e palanques de eucalipto para a conservação das estradas rurais (pontes e mata burros) visando a melhoria da infraestrutura das referidas estradas do Município de Turmalina
Valor: R\$ 46.050,00
Prazo: 31/12/2023
Processo: 28/23 – Pregão Presencial: 11/23
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO
Pregão Presencial RP nº 10/23
Processo nº 27/23
Sistema de Registro Preço
Referência: Ata de Registro de Preço para futura e eventual aquisição de peças e serviços de manutenção preventiva e corretiva nos veículos pesados pertencentes à frota da prefeitura municipal de Turmalina
DESPACHO
Processada a presente Licitação na Modalidade PREGÃO

PRESENCIAL, dentro das normas da legislação em vigor, e após as devidas informações fornecidas pelo Pregoeiro nomeado pela Portaria nº 5845/23, Adjudicando a licitação, bem como após análise da ata da sessão de pregão, HOMOLOGO este presente procedimento para dele provenham seus legais efeitos à empresa POSTO DE MOLAS BOA VISTA LTDA CNPJ Nº 08.168.787/0001-07 vencedor dos lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18.

Turmalina, 27 de abril de 2023.
Alexandro Ribeiro Pereira
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 20/23
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURMALINA
Empresa: Posto de Molas Boa Vista Ltda
Assinatura: 02/05/2023
Objeto: Ata de Registro de Preço para futura e eventual aquisição de peças e serviços de manutenção preventiva e corretiva nos veículos pesados pertencentes à frota da prefeitura municipal de Turmalina
Valor R\$: 1.370.800,00
Vigência: 12 meses
Pregão Presencial nº 10/23 – Processo nº 27/23
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 12/23
PROCESSO Nº 32/23
REFERÊNCIA: Contratação de empresa especializada em eventos para fornecimento de estruturas, para a realizações de festejos no município de Turmalina e Distrito de Fátima Paulista, entre o período de 06/05/2023 á 06/01/2024.
DESPACHO
Processada a presente Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, dentro das normas da legislação em vigor, e após as devidas informações fornecidas pelo Pregoeiro nomeado pela Portaria nº 5845/23, Adjudicando a licitação, bem como após análise da ata da sessão de pregão, HOMOLOGO este presente procedimento para dele provenham seus legais efeitos à empresa MARCELO SANA DE CAMARGO – EIRELI – ME CNPJ Nº 27.034.176/0001-10 vencedor dos lotes 01, 02, 03; à empresa MATHEUS DUARTE VIEL – ME CNPJ Nº 24.542.412/0001-11 vencedor do lote 04. Encaminha-se cópia do Pedido de Fornecimento ao Departamento de Contabilidade para o devido processamento contábil.
Turmalina/SP, 04 de maio de 2023.
ALEXANDRO RIBEIRO PEREIRA

Prefeito Municipal
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº: 22/23
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TURMALINA
Contratado: Marcelo Sana de Camargo Eireli – ME
Assinatura: 04/05/2023
Objeto: Contratação de empresa especializada em eventos para fornecimento de estruturas, para a realizações de festejos no município de Turmalina e Distrito de Fátima Paulista, entre o período de 06/05/2023 á 06/01/2024.
Valor: R\$ 235.200,00
Prazo: 12 meses
Processo: 32/23 – Pregão (Eletrônico): 12/23
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº: 23/23
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TURMALINA
Contratado: Matheus Duarte Viel – ME
Assinatura: 04/05/2023
Objeto: Contratação de empresa especializada em eventos para fornecimento de estruturas, para a realizações de festejos no município de Turmalina e Distrito de Fátima Paulista, entre o período de 06/05/2023 á 06/01/2024.
Valor: R\$ 2.469,00
Prazo: 12 meses
Processo: 32/23 – Pregão (Eletrônico): 12/23

PREFEITURA MUNICIPAL DE URÂNIA

Processo Licitatório 19/2023. Inexigibilidade 01/2023. Termo de Ratificação. Em cumprimento ao disposto no art. 26, “caput”, da Lei Federal 8.666/93 e considerando as razões expendidas pelo Setor de Licitações e Contratos, fls. 42/43 e no Parecer 041/2023, fls. 53/58 exarado pela Procuradoria Jurídica e a regularidade do procedimento; hei por bem, com supedâneo no art. 25, inc. III, da Lei Federal 8.666/93, ratificar e autorizar a contratação da empresa FOUR EVEN EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA, com sede na Rua Saldanha Marinho, nº804, 3º andar –Itapetininga, São Paulo SP, inscrita no CNPJ (MF) sob nº42.043.892/0001-58 pelo preço de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) para a apresentação das atrações artísticas na 31º Festa do Peão de Boiadeiro e 18ª FICAU. Urânia – SP, 29 de março de 2023. Márcio Arjol Domingues – Prefeito.

MAIS EMENDAS

Deputada estadual Analice Fernandes visita Urânia e anuncia R\$ 700 mil para o município

O município de Urânia recebeu no último sábado (15), a visita da deputada Estadual, Analice Fernandes, que anunciou a liberação de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) para a Saúde e Infraestrutura Urbana. Esse pedido foi atendido através de uma solicitação por parte dos vereadores, Amauri Pinheiro, Célio Moreira, Márcia Corti e Marcos Vituri. O valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) será destinado ao custeio da Saúde, na qual ajudará na manutenção da prestação dos serviços de saúde pública. Já o valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) será utilizado para a pavimentação da ligação da Avenida Barão do Rio Branco com o bairro Jardim Bela Vista, uma reivindicação antiga dos moradores do bairro que agora se tornará realidade. O prefeito, Márcio Arjol, recebeu a deputada e agradeceu a atenção dela ao município. “A deputada Analice tem um carinho enorme por nossa cidade, já realizamos importantes projetos com o apoio dela e mais uma grande obra vem aí. Vamos trabalhar na melhoria da mobilidade urbana aos moradores da região do Jardim Bela Vista. Agradeço ainda os vereadores que buscaram essa ajuda junto a Analice Fernandes”, destacou Márcio.



SEGURANÇA PÚBLICA

Prefeitura de Urânia amplia atividade delegada para atender escolas do município

A Prefeitura de Urânia ampliou nesta semana a parceria com a Polícia Militar que já oferece o serviço de Atividade Delegada no município. A medida visa reforçar a segurança nas proximidades de todas as escolas da cidade. A Atividade Delegada é um convênio entre a Prefeitura e a PM que permite que os policiais trabalhem em horário de folga, recebendo uma remuneração extra, subsidiada com recursos municipais. O objetivo é aumentar o efetivo nas ruas e garantir mais proteção à população. O anúncio da ampliação dos serviços foi feito durante uma reunião com o 1º sargento da PM, Anderson Luiz dos Santos. Segundo o prefeito, Márcio Arjol, essa foi uma decisão tomada após diversas solicitações de pais de alu-

nos da rede estadual. “Sabemos da preocupação dos pais com a segurança dos alunos, apesar de não haver nenhuma ameaça em nosso município, implantamos nesta semana o trabalho de segurança nas escolas municipais e agora ampliamos essa importante parceria com a Polícia Militar. A segurança de nossas crianças e adolescentes é prioridade neste momento”, finalizou Márcio.

